



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 558, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008 (*)

Dispõe sobre a concessão de bolsa de pós-graduação *lato sensu* aos servidores do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da competência conferida pelo art. 5º da Portaria nº 572, de 22 de dezembro de 2008, do Ministro Presidente, e tendo em vista o que consta do Processo STJ nº 4893/2008,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A concessão de bolsas de pós-graduação *lato sensu* de livre escolha e a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* de iniciativa do Tribunal para turmas fechadas observarão o disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se curso de pós-graduação *lato sensu* aquele voltado para o aprimoramento acadêmico ou técnico-profissional, com caráter de educação continuada, duração máxima de 2 (dois) anos e carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de trabalho de conclusão de curso, compreendendo os cursos de especialização, os de aperfeiçoamento e os designados como MBA (*Master Business Administration*) ou equivalentes, oferecidos por instituições de ensino superior ou instituições credenciadas pelo Ministério da Educação para atuarem nesse nível educacional.

Art. 2º Os cursos de pós-graduação com custeio integral ou parcial pelo Tribunal deverão observar a Tabela de Correlação das Áreas de Interesse do STJ com os Cargos Efetivos, Funções Comissionadas e Cargos em Comissão, disponível na página da unidade de gestão de pessoas da intranet.

CAPÍTULO II DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 3º A bolsa de pós-graduação poderá ser concedida a servidor que tenha concluído curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação, na forma da lei, e que seja:

I - ocupante de cargo efetivo do Tribunal;

II - requisitado de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta para exercer função comissionada ou cargo em comissão no Tribunal.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de bolsa de pós-graduação a servidor que, no prazo de 4 (quatro) anos a contar do último dia de inscrição no processo seletivo de que trata o art. 5º, venha a completar as exigências para aposentadoria estabelecidas na legislação que estiver vigente.

Art. 4º Observado o disposto no artigo anterior, o candidato a bolsa de pós-graduação deve atender aos seguintes requisitos:

I - não ter participado de curso de pós-graduação custeado pelo Tribunal nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da aprovação do trabalho de conclusão de curso pela instituição de ensino;

II - não estar usufruindo nenhuma das licenças previstas no art. 81, II a IV e VI e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nem estar afastado com fundamento nos arts. 93 a 96 da mesma Lei.

CAPÍTULO III DO PROCESSO SELETIVO

Art. 5º A unidade de Gestão de Pessoas expedirá Edital para disciplinar a realização de processo seletivo destinado à concessão de bolsas de pós-graduação, o qual, após definição do Diretor-Geral, conterá em especial:

I - o total de bolsas de pós-graduação a ofertar e sua distribuição por unidades, por áreas de atividade ou por outros critérios;

II - o valor máximo da bolsa de pós-graduação;

III - as etapas do processo seletivo e seus respectivos prazos.

Art. 6º O processo seletivo observará os critérios fixados no Anexo.

§ 1º O titular da unidade de lotação do servidor deverá manifestar-se, em sistema disponível na rede eletrônica interna de comunicação, sobre a aceitação do pedido de inscrição no processo seletivo.

§ 2º A avaliação do atendimento aos critérios constantes dos itens I, II, III e IV do Anexo cabe à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

§ 3º O tempo de efetivo exercício no Tribunal e o de lotação na unidade, de que trata os itens IV e V do Anexo, serão computados até o último dia da inscrição no processo seletivo.

§ 4º Em caso de empate na contagem de pontos entre dois ou mais servidores, será concedida bolsa ao servidor que obtiver maior pontuação, pela ordem, nos critérios especificados nos itens I, II, III, VI e VII, do Anexo e, persistindo o empate, ao servidor mais idoso.

Art. 7º É vedada a participação simultânea do servidor em mais de um processo seletivo.

Art. 8º Será cancelada a inscrição do servidor que, no decorrer do processo seletivo, for movimentado da unidade de lotação, a pedido ou de ofício.

Art. 9º Do resultado preliminar do processo seletivo caberá pedido de reconsideração o qual será apreciado por comissão integrada por servidores indicados pela área de gestão de pessoas e pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. Não cabe recurso contra o resultado final.

Art. 10. A classificação obtida no processo seletivo não gera direito à bolsa de pós-graduação.

Art. 11. É facultada a participação no processo seletivo ao servidor já matriculado e com frequência regular em curso de pós-graduação, desde que não beneficiado com bolsa custeada, total ou parcialmente, pelo Tribunal.

Parágrafo único. O servidor a que se refere o *caput*, caso venha a ser contemplado com bolsa de pós-graduação, fará jus ao reembolso dos valores despendidos a partir de janeiro do correspondente exercício, observado o disposto no inciso II do art. 5º e no art. 12.

CAPÍTULO IV DO REEMBOLSO

Art. 12. Para custear as bolsas de pós-graduação, o Tribunal adotará procedimento de reembolso, assim entendida a devolução, ao servidor, do valor que, comprovadamente, este tenha despendido para participar do curso, observado o valor da bolsa.

§ 1º Serão reembolsados apenas os valores de taxa de matrícula, mensalidade, anuidade, parcela ou prestação relacionados à participação no curso, excluindo-se:

I - o valor que exceder o montante autorizado para custeio da bolsa de pós-graduação;

II - os valores referentes ao processo de pré-seleção para o curso pretendido pelo servidor, assim como os de multas, juros ou encargos decorrentes de atraso no pagamento à instituição de ensino.

§ 2º Para a obtenção do reembolso, o servidor deve apresentar cópia do contrato, ajuste ou outro instrumento celebrado com a instituição de ensino e comprovante de pagamento em que conste:

I - nome do servidor e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

II - nome e inscrição da instituição de ensino no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - valor pago;

IV - períodos, módulos, matérias ou disciplinas a que se refere o pagamento.

§ 3º O valor da bolsa de pós-graduação só poderá ser utilizado no ano de sua concessão, ficando vedada a transferência de saldo para exercícios seguintes.

§ 4º O reembolso dar-se-á mediante o pagamento de parcelas sucessivas, contemporâneas ao aprendizado do servidor, ficando vedado o pagamento antecipado do valor integral ou de parcela.

Art. 13. Caso o servidor contemplado no processo seletivo desista da bolsa, esta será destinada ao servidor com classificação imediatamente subsequente.

Parágrafo único. A desistência, durante o processo seletivo ou anteriormente ao início do curso, deve ser comunicada pelo servidor à respectiva chefia imediata e à unidade de gestão de pessoas.

CAPÍTULO V DOS DEVERES DO BOLSISTA

Art. 14. O servidor contemplado com a bolsa de pós-graduação:

I - não pode pedir aposentadoria nem incidir nas hipóteses previstas no art. 16, VI a XI, durante os 2 (dois) anos seguintes à data de aprovação do trabalho de conclusão de curso pela instituição de ensino, sob pena de ressarcimento do valor custeado pelo Tribunal, proporcionalmente ao tempo restante para complementação do citado período;

II - entregará à unidade de gestão de pessoas:

a) cópia, impressa e em meio eletrônico, do trabalho de conclusão de curso, com a menção atribuída pela instituição de ensino;

b) histórico escolar;

c) certificado de conclusão do curso expedido na forma estabelecida pela Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

III - observará os sistemas e métodos de trabalho apresentados durante o curso, para possível implementação no Tribunal, e coletará bibliografia de livros, periódicos, monografias e outras publicações, disseminando no ambiente de trabalho as informações coligidas, por iniciativa própria ou sempre que solicitado pelo Tribunal;

IV - prestará informações e esclarecimentos a respeito do curso, da instituição de ensino e de seu aproveitamento em cada período, módulo, matéria ou disciplina, quando solicitado pelo Tribunal;

V - assinará Termo de Compromisso, na forma estabelecida pela Secretaria do Tribunal.

§ 1º Os documentos a que se refere o inciso II deste artigo devem ser entregues em até 3 (três) meses contados da data prevista para o término do curso, podendo esse prazo ser prorrogado por solicitação do servidor, a critério da Secretaria de Gestão de Pessoas.

§ 2º A inobservância do disposto no § 1º obrigará o servidor a ressarcir ao Tribunal o valor por este despendido, na forma dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, ficando, nos 2 (dois) anos subseqüentes, impedido de receber idêntico benefício.

Art. 15. No trabalho de conclusão de curso, o servidor deve desenvolver tema correlacionado com as atribuições de sua unidade de lotação ou com projeto estratégico, admitida ainda sua vinculação com inovações em serviços ou atividades do Tribunal.

Parágrafo único. A unidade de gestão de pessoas destinará cópia do trabalho de conclusão de curso à Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, que o disponibilizará para consulta.

CAPÍTULO VI DO CANCELAMENTO DA BOLSA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 16. Será cancelada a bolsa de pós-graduação em caso de:

I - descumprimento de disposições desta Portaria;

II - reprovação no curso;

III - desistência do curso;

IV - trancamento de disciplina, módulo ou matéria do curso, sem prévia autorização do Tribunal;

V - aposentadoria, ressalvada a investidura em outro cargo sem interrupção do vínculo com o Tribunal;

VI - exoneração, a pedido ou de ofício, de cargo efetivo ou em comissão do quadro de pessoal do Tribunal, observada a ressalva do inciso anterior;

VII - dispensa de função comissionada, a pedido ou de ofício, quando se tratar de servidor requisitado, ressalvada a designação para outra função sem interrupção do vínculo com o Tribunal;

VIII - mudança de unidade de lotação, ressalvada a movimentação para Gabinete de Ministro ou para atender ao interesse da Administração;

IX - demissão;

X - posse em outro cargo público inacumulável, observadas as ressalvas dos incisos V e VII;

XI - licenças previstas no art. 81, II a IV e VI e VII, da Lei nº 8.112/90, e afastamentos com fundamento nos arts. 93 a 96 da mesma Lei.

§ 1º Cancelada a bolsa de pós-graduação, o servidor deve ressarcir ao Tribunal o valor por este despendido, na forma dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, ficando, nos 2 (dois) anos subseqüentes ao cancelamento, impedido de receber idêntico benefício.

§ 2º O servidor aposentado por invalidez está isento do ressarcimento de que trata o parágrafo anterior.

CAPÍTULO VII

DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA TURMAS FECHADAS

Art. 17. Poderá ser celebrado convênio, acordo ou instrumento equivalente com instituição de ensino superior ou instituição credenciada pelo Ministério da Educação para atuarem nesse nível educacional, destinado à realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* por turmas fechadas, com o objetivo de proporcionar aos servidores educação continuada mediante efetivação de estudos em áreas e temas de interesse do Tribunal, observadas as normas legais e regulamentares.

Art. 18. Os cursos serão ministrados na sede da instituição de ensino conveniada ou contratada, em período a ser definido no respectivo convênio ou contrato, com duração de, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas.

Art. 19. O processo seletivo para participação dos servidores nos cursos de que trata o art. 17 compreenderá duas etapas:

I - pré-seleção: promovida pela unidade de gestão de pessoas do Tribunal;

II - seleção final: promovida por instituição de ensino conveniada ou contratada pelo Tribunal para ministrar o curso, com o objetivo de selecionar os participantes, da qual tomarão parte apenas os servidores aprovados na pré-seleção.

Parágrafo único. O titular da unidade de lotação do servidor deverá manifestar-se, em sistema disponível na rede eletrônica interna de comunicação, sobre a aceitação do pedido de inscrição no processo seletivo.

Art. 20. Os critérios da pré-seleção de que trata o inciso I do art. 19 serão especificados no Edital de que trata o parágrafo único do art. 22.

Parágrafo único. Em caso de empate na pré-seleção, terá preferência o servidor que, na seguinte ordem:

I - for ocupante de cargo efetivo no Tribunal;

II - tiver maior tempo de exercício no Tribunal;

III - estiver lotado em unidade não contemplada na pré-seleção;

IV - for mais idoso.

Art. 21. Cabe à instituição conveniada ou contratada definir as regras e os critérios da seleção final.

Art. 22. Serão baixadas normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste capítulo, em especial:

I - a definição do quantitativo de turmas e vagas;

II - a designação de comissão organizadora com a incumbência de definir os temas e elaborar o programa dos cursos de pós-graduação de Direito.

Parágrafo único. A unidade de gestão de pessoas expedirá Edital, após definição pelo Diretor-Geral do quantitativo de turmas e vagas, para a realização do processo seletivo para os cursos de pós-graduação *lato sensu* de iniciativa do Tribunal para turmas fechadas.

REVOGADO

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. O servidor beneficiado com a bolsa de pós-graduação obrigarse-á, mediante assinatura de termo de compromisso, a cumprir as disposições desta Portaria.

Art. 24. Fica vedada a mudança de curso ou de instituição de ensino, salvo expressa autorização do Diretor-Geral, desde que mantida a classificação acadêmica da instituição prevista no item VII do Anexo.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

(*) Republicada por incorreção no texto original do Anexo

REVOGADO

ANEXO

(Art. 6º da Portaria/DG nº 558, de 29 de dezembro de 2008)

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE PARTICIPANTES – LIVRE-ESCOLHA

Critério	Pontos	Objetivo do Critério	Preenchimento
I. Relevância do tema para o Tribunal, relação com as atribuições da unidade, com o cargo/função ou às atividades desempenhadas pelo servidor: a. Pequena b. Média c. Alta	5 10 20	Favorecer a participação em curso que proporcione reflexo positivo nas atribuições do servidor.	Secretaria de Gestão de Pessoas / Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
II. Tema escolhido não estar vinculado ao Direito.	20	Priorizar a educação continuada em temas diversos não alcançados pelas turmas fechadas.	
III. Não ter sido beneficiado com bolsa de pós-graduação custeada pelo Tribunal	10	Possibilitar a capacitação de todos os servidores, nos termos do item 3.4.3 da Política de Gestão de Pessoas (Ato nº 116, de 17 de junho de 2005).	Servidor
IV. Tempo de efetivo exercício no Tribunal: 1 (um) ponto a cada ano, até o limite de 10 (dez) pontos.	10	Valorizar a experiência do servidor e seu conhecimento sobre o Tribunal.	
V. Tempo de lotação na unidade: 1 (um) ponto a cada ano, até o limite de 10 (dez) pontos.	10	Priorizar a participação de servidor lotado há mais tempo na unidade.	
VI. Exercer cargo efetivo do Tribunal.	10	Priorizar a participação de servidor efetivo do Tribunal, de forma a garantir maior possibilidade de retorno do investimento realizado.	
VII. O curso é ministrado por: - Universidade ou Centro Universitário - Faculdade ou Instituição credenciada (Art. 52 da Lei 9.394/96; art. 12 do Decreto 5.773/2006).	10 7	Priorizar as instituições que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão ou que atuem em área de conhecimento específica ou de formação profissional.	
Pontuação máxima	90		